



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

História de Natal

Eu pensava no sentido do Natal e procurava uma história que simbolizasse a data marcante. Enquanto isso, uma boa alma me enviou um vídeo com uma cena covente. Era um vídeo com o encontro de cachorros e candidatos a tutores. O que se passou foi impressionante, ao menos para mim. Havia uma fila de pessoas candidatas a adotarem os cães. De repente, não eram

os candidatos que escolhiam os cachorros; eram os cachorros que escolhiam o tutor.

Não tenho cachorros, não porque desgoste, mas, sim, porque me afeiçoou tanto aos bichos, que quando acontece algo com eles não aguento o baque. Fiquei amigo da escritora Hilda Hislt. Ela morava em um sítio próximo a Campinas e amava os cachorros a ponto de recolher todos os cães vadios que encontrava e levar para a chácara. Não por acaso, ela deu a um dos seus livros de ficção o título de *Com meus olhos de cão*.

Bem, eu procurava uma história para simbolizar o Natal, mas ela veio até mim. A narrativa que se segue é, rigorosamente, verídica, mas preservarei a identidade

da personagem com o nome fictício de A. Vamos lá. A. não gostava de Natal, era um período que a deixava desolada. Mas, certo dia, alguém lhe sugeriu que, em vez de desolado, ela deveria doar algo aos que mais necessitavam.

Então, ela acatou a ideia e começou fazendo 20 cachorros-quentes para os funcionários mais humildes de um hospital. A iniciativa foi bem recebida, os servidores ficaram agradecidos. Então, as irmãs de A. sugeriram que ela preparasse uma refeição mais reforçada e adequada para a circunstância.

Com isso, ela decidiu ampliar as fronteiras e o alcance da ação. Para tanto, contou

com a colaboração das irmãs e conseguiu fazer 200 quentinhos para distribuir com famílias carentes de uma região administrativa do DF. A iniciativa se tornou uma tradição e contribuiu para amenizar tanto a vida das famílias da periferia quanto a da própria autora do benefício. Fazer os outros felizes costuma nos trazer felicidade.

No entanto, neste Natal, ela não poderá realizar a doação tão importante para aquelas famílias. Um incidente mudou todo o enredo da história. Um gato, sem eira nem beira, de dono desconhecido, se atreveu a entrar no quintal e foi atacado pelo cachorro de A. Pobre gatinho, ficou muito ferido e, compadecida, A. usou todo o

dinheiro que destinado às doações para o tratamento do gato.

O bichano ficou muito ferido, mas está recebendo um tratamento VIP, que só uma pessoa muito imbuída de compaixão poderia dispensar. A escolha foi muito difícil e dramática. No entanto, neste Natal, ela passará cuidando do gato. Nem precisaria dizer que A. é devota de São Francisco de Assis, o santo protetor dos animais. Enquanto eu escrevia a crônica, perguntaram a meu neto, Judá, de 8 anos, o que era o Natal e ele respondeu: "Para mim, o Natal é o símbolo de ser gentil, ninguém pode ser ruim no Natal, todos têm de ficar felizes no Natal".

FEMINICÍDIO

Mulher é degolada na rua

Lidiane Paula, 43 anos, foi morta pelo companheiro, Leandro Rodrigues, 44, mesmo com medida protetiva vigente. Agressor e vítima viviam em situação de rua. Polícia prendeu o suspeito horas depois do crime, ainda sujo de sangue

» DAVI CRUZ,
» DARCianne DIOGO,
» ANA CAROLINA ALVES

Baiano, te amo." Essas foram as últimas palavras de Lidiane Paula de Souza, 43 anos, antes de ser degolada pelo companheiro, Leandro Rodrigues dos Santos, 44. O crime brutal ocorreu em uma via pública, na QNL 16, Conjunto B, em Taguatinga, na madrugada de ontem. O homem foi preso horas depois, após um cerco da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) para capturá-lo.

A violência começou por volta da 1h51, no conjunto A. O criminoso agrediu a mulher em um trajeto de 50 metros. Em seguida, dobrou a rua, matou a companheira e fugiu. A vítima, que tinha medida protetiva de urgência vigente contra o agressor, foi atacada com extrema violência, o que impedia qualquer possibilidade de defesa.

A PMDF foi acionada pelo Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) para investigar uma denúncia de violência doméstica. Ao chegarem ao local, equipes do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) encontraram o corpo da vítima caído em via pública. Moradores repassaram as características do suspeito e indicaram para que lado ele tinha fugido.

Com base nas informações, foi montado um cerco policial, com a mobilização de equipes de Rádio Patrulhamento, Grupo Tático Operacional (GTO) e apoio do serviço de inteligência. Leandro Rodrigues dos Santos foi localizado e preso pouco tempo depois, ainda com a roupa e as mãos sujas de sangue.

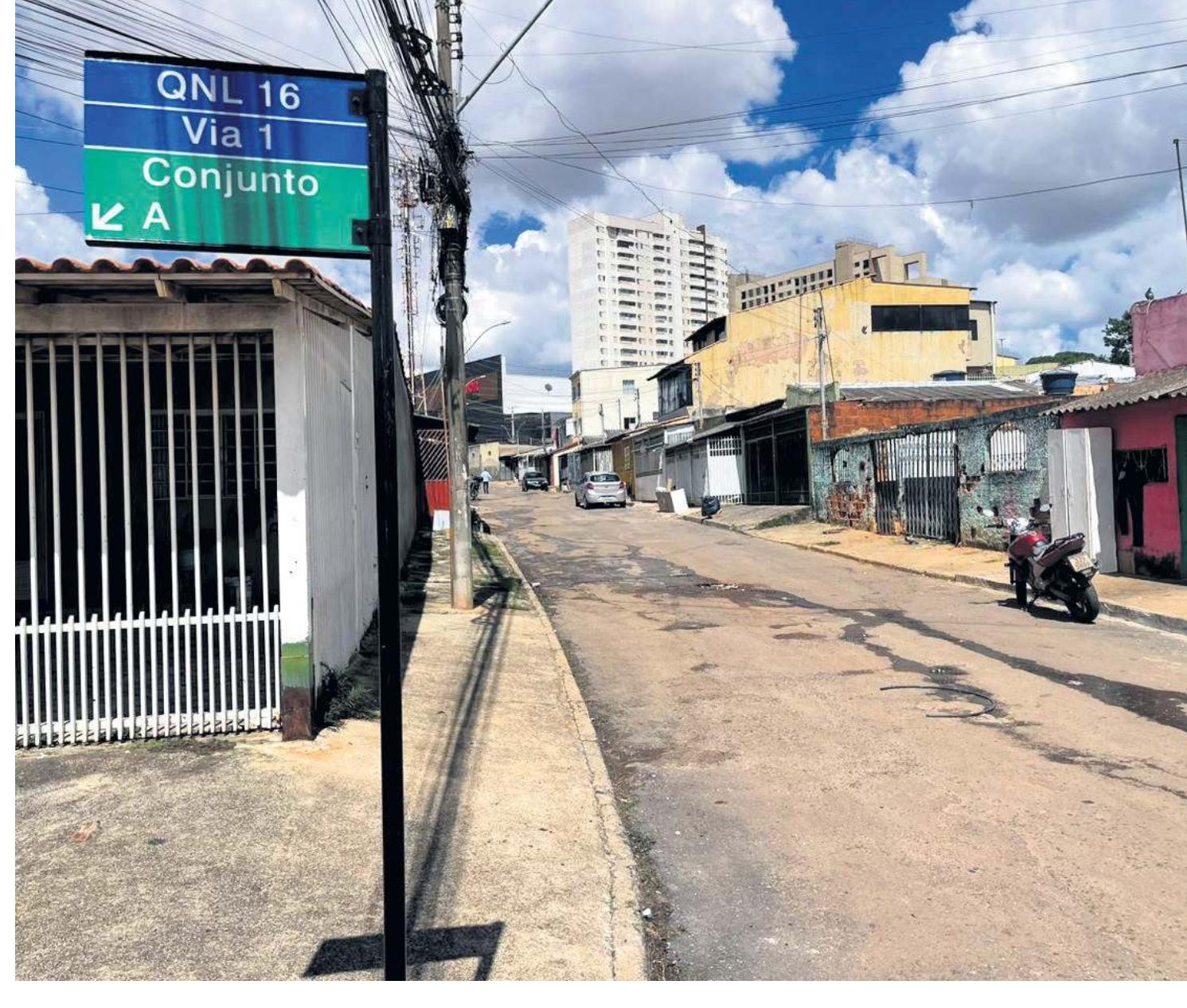
Investigações apontaram que o agressor havia sido abordado horas antes do crime, na mesma região, com uma faca. A arma branca foi apreendida e realizado um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), mas o homem foi liberado. Horas depois, ele conseguiu um facão, que teria sido usado no feminicídio.

Histórico

Leandro e Lidiane viviam em situação de rua e mantinham um relacionamento conturbado havia cerca de um ano. Em 21 de setembro, no Centro Metropolitano Praça do Sol, em Taguatinga, ocorreu um dos episódios de violência doméstica contra a mulher. O agressor desferiu socos e chutes, proferiu xingamentos e ameaçou esquartejá-la. Ele foi preso em flagrante.

Segundo a PMDF, o homem tem histórico de violência contra a mesma vítima. Após ter sido colocado em liberdade no último dia 19, voltou a cometer o crime poucos dias depois. Tanto o agressor quanto a vítima viviam em situação de rua, conforme a Polícia Militar.

Leandro foi conduzido e apresentado em flagrante à 21ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Sul). A investigação do caso ficará a cargo da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), e o suspeito permanece à disposição da Justiça.



Crime brutal foi cometido em uma via pública, na QNL 16, em Taguatinga, na madrugada de ontem

Cedido ao Correio



Leandro Rodrigues, 44, foi preso horas após degolar a mulher

Acolhimento

Ao longo de 2025, a DF Legal fez 419 operações de acolhimento no Distrito Federal, que atenderam 2.847 pessoas e resultaram na remoção de 1.661 estruturas precárias de lona e madeira. As ações são

coordenadas pela Casa Civil e envolvem, além da DF Legal e da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), as secretarias de Saúde (SES), Educação (SEE), Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (Sedet), Segurança Pública (SSP) e Justiça e Cidadania (Sejus),

além do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), da Novacap, da Codhab, do Detran-DF, da PMDF, da PCDF, do Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) e do Conselho Tutelar.

Durante as abordagens, as pessoas em situação de rua recebem a oferta de serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social, além de orientações sobre cuidados com animais domésticos e acesso a benefícios, como o deslocamento interestadual. Também é disponibilizado um auxílio excepcional de R\$ 600 para aqueles que não têm condições de arcar com aluguel. O atendimento inclui, ainda, vagas em unidades de acolhimento, participação em programas de qualificação profissional, como o RenovaDF, e cadastro para unidades habitacionais.

Após a conclusão do atendimento social, a DF Legal realiza o desmonte das estruturas utilizadas pelas pessoas em situação de rua e providencia o transporte dos pertences para um local regular, indicado pelo ocupante. Em último caso, os objetos pessoais são encaminhados ao depósito do órgão, no SIA Trecho 04, Lotes 1.380/1.420, onde podem ser retirados em até 60 dias, sem custo para o responsável.

Justiça

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) foi destaque de celeridade nos julgamentos de casos de feminicídio. Com o prazo médio para a conclusão dos processos de 177 dias, o índice é inferior apenas ao do estado de São Paulo. Nos últimos 10 anos, foram registrados 233 casos de violência contra a mulher, sendo 27 somente em 2025.

A juíza Luciana Lopes Rocha, da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, destacou que a celeridade é essencial para oferecer respostas às famílias das vítimas e à sociedade. A magistrada também ressaltou que o TJDFT possui um elevado comprometimento não apenas com a rápida tramitação dos casos, mas também com a análise de medidas protetivas de urgência, 84% delas concedidas em menos de um dia.

Durante sua participação no programa *Elas Pautam - Mulheres na Política*, da Câmara dos Deputados, Luciana Rocha reforçou que a violência de gênero permanece como um problema estrutural que exige novas políticas públicas, especialmente no campo da proteção. Ela acrescentou que o Poder Judiciário atua de forma contínua na prevenção, no reconhecimento de fatores de risco e na ampliação da rede de apoio às vítimas e aos seus familiares.

Palavra do especialista

Um ciclo de dependência e morte

O aumento dos casos de feminicídio no Brasil exige uma reflexão séria e urgente. Os números crescentes revelam que a violência contra a mulher não é um fenômeno isolado nem restrito a determinados grupos sociais. O feminicídio não escolhe classe social, não escolhe território e tampouco respeita condições de vulnerabilidade. Ele está presente em todas as camadas da sociedade e se manifesta de forma ainda mais cruel onde o Estado falha, como no caso de mulheres em situação de rua, que vivem expostas à violência cotidiana e à ausência de proteção efetiva.

O caso ocorrido em Taguatinga deixa evidente o ciclo da violência. Mesmo após agressões reiteradas, ameaças e a existência de medida protetiva, a vítima permanecia emocionalmente ligada ao agressor. Sua última fala, ao declarar que o amava, escancara um aspecto essencial e muitas vezes ignorado no debate sobre o feminicídio: a dependência emocional. Essa dependência não surge por acaso. Ela é construída ao longo do tempo, a partir do medo, da manipulação, da promessa de mudança e do isolamento, elementos comuns nas relações marcadas pela violência doméstica.

A medida protetiva, embora fundamental, não basta quando não vem acompanhada de suporte efetivo. Para mulheres em situação de rua, romper com o agressor é ainda mais difícil, pois envolve a ausência de moradia, renda, vínculos familiares e uma rede mínima de apoio. Sem políticas públicas que garantam acolhimento, segurança e dignidade, a proteção legal se torna frágil e, muitas vezes, ineficaz.

É preciso afirmar com clareza que o enfrentamento ao feminicídio não se resolve apenas com punição posterior. Ele exige educação para mudanças comportamentais e culturais profundas, capazes de romper com a naturalização da violência masculina. O machismo precisa ser reconhecido como um problema estrutural, presente em todas as camadas sociais, e combatido desde a base.

Além disso, é urgente avançar na construção de leis mais específicas e eficazes, que dialoguem com a realidade das mulheres mais vulneráveis e sejam aplicadas de forma rigorosa. Leis, políticas públicas e educação precisam caminhar juntas. Só assim será possível interromper o ciclo da violência antes que ele resulte na perda irreparável de mais vidas.

Patrícia Campos Guimaraes de Souza, advogada especialista em direito de família, violência de gênero e minorias